

Plano e Orçamento para 2010 – Intervenção Final

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Estamos a concluir três dias de debate sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2010, documentos que vão reger a governação regional no próximo ano, no âmbito da estratégia de médio prazo votada nesta casa no início deste ano.

Tratam-se, por isso, de documentos que reflectem um rumo de desenvolvimento para a Região sufragado há pouco mais de um ano pelos açorianos.

Oito meses volvidos sobre a aprovação das Orientações de Médio Prazo para o período 2009-2012, cá estamos nós, novamente, a discutir mais um Plano e Orçamento, desta feita para garantir o investimento e despesas de funcionamento da Região ao longo de 2010.

Manda a coerência e obriga o respeito pelos eleitores que o Partido Socialista se mantenha fiel ao rumo que propôs nas eleições de Outubro de 2008, não porque tenha uma postura fechada e inflexível, mas porque tem em conta o que disseram os açorianos na noite eleitoral.

Os açorianos não compreenderiam que o projecto que escolheram para a sua terra fosse adulterado por políticas rejeitadas nas urnas, as quais deturpariam as Orientações de Médio Prazo 2009-2012 entretanto aprovadas.

Esta coerência que o Governo dos Açores mantém nos documentos que esta semana apreciamos não sai, contudo, em nada beliscada face à necessidade de novas soluções para responder à evolução natural da conjuntura que se vive nas nossas ilhas.

As estratégias que então definimos, debaixo de um cenário externo macroeconómico fortemente negativo, não se alteraram significativamente.

Afirmámos, na altura, que a crise moldou os documentos que então fizemos aprovar, uma vez que os mesmos se ajustaram aos efeitos dessa realidade insofismável, sem, no entanto, perderem de vista aqueles que são os nossos compromissos eleitorais que, embora marcados temporalmente por uma legislatura a 4 anos, não deixaram de reflectir o seu cumprimento.

Então pedimos o esforço de aumentar o investimento no presente quadriénio para um nível de cerca de 3.200 milhões de euros. O que, se tivermos como referência o anterior Plano de Médio-Prazo (com cerca de 2.400 milhões de Euros), significou um crescimento do investimento da ordem dos 35% em apenas 4 anos.

Para tal desiderato, propõe-se, em 2010, o Governo Regional investir cerca de 25% do esforço previsto nas Orientações de Médio-Prazo que aprovámos em Março nesta casa.

Devemos, assim, concluir que o Governo Regional se propõe manter o nível de esforço então considerado necessário para cumprir, por um lado, os nossos compromissos e responder, por outro, às especiais situações que se põem em resultado da crise internacional que temos vivido.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O Plano que o Governo dos Açores submeteu a esta casa pretende superar, rapidamente, a situação excepcional provocada por uma crise internacional sem precedentes nas últimas décadas, através de uma estratégia de reforço em sectores como o Turismo, Agricultura e economia relacionada com o Mar, com especial destaque para as Pescas.

Não se trata de experimentalismos. Trata-se, sim, de apostar em sectores dos Açores produtivos, os quais recebem, agora, um maior incentivo para que possam aumentar o seu contributo para a economia regional.

Não se trata, também, de medidas desgarradas, mas antes da continuidade de uma política do Governo dos Açores que mostrou estar atento aos efeitos da crise na nossa Região, como ficou provado pelas várias iniciativas tomadas em 2009.

A verdade é que hoje nos debatemos com outros desafios, igualmente importantes, mas totalmente diferentes dos verificados há cerca de um ano por todos os açorianos.

Na altura, a falta de liquidez das instituições bancárias, que levou a dificuldades de acesso ao crédito, era o maior empecilho a uma actividade económica saudável e activa.

O Governo dos Açores, atento, agiu de imediato, através de linhas de apoio ao reforço do fundo de maneio e à reestruturação dos endividamentos bancários.

Hoje, os números provam que se estava a actuar correctamente. Mais de mil empresas beneficiaram destes apoios, reforçando a sua situação financeira, regressando a uma relação sã com a banca e cumprindo os seus compromissos perante terceiros.

Resultado: foram disponibilizados financiamentos ou aprovados refinanciamentos superiores a 200 milhões de euros.

Este foi parte do trabalho do Governo dos Açores, pouco visível, mas com resultados práticos, que permitiu salvar muitas empresas nas nossas ilhas e, conseqüentemente, milhares empregos.

Mas estes bons resultados, que amorteceram fortemente os impactos da crise na Região, não podem ofuscar os problemas que se continuam a colocar a uma economia bastante dependente do exterior e de dimensão reduzida.

Certos disso, é com satisfação que verificamos que o investimento para o próximo ano foi arquitectado com base na criação de emprego, uma área que verá reforçados os seus programas em 2010, com especial incidência no sector da construção civil.

Estes programas, ao mesmo tempo que aliviam as empresas nas alturas mais necessárias, garantem qualificação e valorização dos seus trabalhadores, provando que é possível transformar constrangimentos em novas oportunidades.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Tenho de salientar que, por regiões, no terceiro trimestre, a taxa de desemprego mais baixa do país foi registada nos Açores (6,2 por cento), quase metade da verificada em outras regiões como o Norte (11,6%) e mesmo muito abaixo da Madeira, que está com 7,9 por cento de desemprego.

Afirmei, antes, desta tribuna, que não tínhamos a ambição de passar por esta crise sem que assistíssemos, também na Região, a um crescimento das taxas de desemprego, acompanhando as tendências nacional e internacional.

Mas afirmei, também, que tínhamos como meta suster estas taxas a níveis mais baixos, assegurando assim o quadro que, em termos relativos, nos é favorável. Não temos travado a inevitável tendência, mas temos asseverado esse diferencial positivo.

Todo este trabalho, que nos garante o regresso ao estatuto merecido de região do país com a mais baixa taxa de desemprego, não resulta de um golpe de sorte ou de qualquer intervenção divina.

Resulta, sim, da capacidade que a região teve para reagir aos momentos mais conturbados. Isso só foi possível – mesmo para desgosto de alguns – com umas finanças públicas equilibradas, fruto de um trabalho de mais de uma década.

Um trabalho muitas vezes menosprezado por algumas oposições, mas que, agora, não pode negar que os Açores possuem uma dívida pública directa abaixo dos 10 por cento do PIB. Um caso raro em toda a Europa.

Para memória futura, permitam-me que faça uma pequena citação: *“o cenário de desajustamento da receita às necessidades da despesa tem vindo a impor, desde 1988, o recurso ao endividamento público, levando a que a dívida crescesse a taxas muito elevadas, evoluindo de uma percentagem de 6,4 por cento do PIB em 1987 para cerca de 50 por cento em 1995”*.

Acabei de citar, com a devida vénia, uma declaração da então secretária regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, em 1995, nesta mesma casa, doutora Berta Cabral.

Esta é uma diferença substancial que importa relevar. Em termos de gestão, nada melhor do que os números para separar entre a boa e a má moeda.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

O trabalho que está a ser desenvolvido de aquecimento da nossa economia não descarta, também, uma estratégia de fundo, que pretende minimizar uma situação estrutural dos Açores, assente na reduzida qualificação dos recursos humanos.

A Rede Valorizar apresenta objectivos ambiciosos. Certificar, nos próximos cinco anos, cerca de 33 mil trabalhadores, 10 mil dos quais já no próximo ano. São, com certeza, números importantes para o tecido empresarial açoriano, que, desta forma, fica mais reforçado e melhor preparado.

Mas também ao nível da Educação a aposta é clara. Não temos preconceitos com o betão. Aliás, nós gostamos de fazer obra. Por uma razão muito simples: Esta obra serve os açorianos.

Por isso, ficamos satisfeitos quando se prevê investir 42 milhões de euros em construções escolares em vários concelhos dos Açores. Mas não só por isso. A nossa satisfação aumenta ao se constatar que estão inscritos no Plano 59 milhões de euros para o desenvolvimento educativo regional. São mais 10 por cento do que no ano anterior.

Ao nível da Saúde, enquanto que a oposição vê números e defeitos, o Governo do PS faz opções ao serviço dos açorianos e encontra soluções para humanizar e aproximar o Serviço Regional de Saúde das pessoas.

E consegue os seus objectivos ao garantir, por exemplo, que ambos os pais possam acompanhar os filhos na deslocação por doença grave ou para cirurgia ou quando as mulheres grávidas possam escolher o hospital onde querem ter o seu filho.

O Governo e o PS preocupam-se com as pessoas. As políticas sociais fazem parte do nosso código genético. Temos muito orgulho neste património!

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Registe-se, também, o esforço do Governo dos Açores em diversificar a economia, dotando-a de melhores condições de resistência para enfrentar as adversidades impostas pela conjuntura externa.

Paralelamente ao desenvolvimento do Turismo, um sector dependente da “saúde” económica dos mercados emissores, foi sempre reforçada a aposta na Agricultura, o que permitiu que os Açores tivessem, nesta altura mais complicada, um sector produtivo mais forte, estruturado e, como assinala o seu dirigente federativo, sem desemprego.

Assiste-se nos Açores, também, a uma verdadeira relação de confiança entre o Governo e os açorianos, que reconhecem o bom desempenho e a pertinência das medidas e políticas públicas executadas nos últimos anos.

Ao contrário de outras latitudes, onde se verificaram greves constantes e uma contestação crescente nas ruas, os Açores vivem num clima de grande paz social, que resulta em benefícios directos para a economia, para as empresas e para os trabalhadores.

Verifica-se nos Açores que, apesar de alguns desacordos pontuais e perfeitamente normais, Governo, empresários e trabalhadores estão determinados em ultrapassar esta fase mais complicada da vida económica da nossa região.

Não será tarefa fácil, mas os sinais de confiança começam a surgir. A economia portuguesa deverá contrair menos de três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e regressar ao crescimento já em 2010, segundo as últimas projecções das várias entidades conhecidas recentemente.

O Banco de Portugal, a Comissão Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) convergem na previsão de uma contracção abaixo dos três por cento em 2009, na última revisão de cada uma das organizações.

O OCDE divulgou, recentemente, o seu 'Economic Outlook', revendo o crescimento da economia portuguesa em 2009, apontando agora para uma contracção de 2,8 por cento. A anterior era de 4 por cento, sublinho.

A economia portuguesa crescerá 0,8 por cento já em 2010, e atingirá os 1,5 por cento em 2011, diz a OCDE.

O Banco de Portugal reviu, na última semana, as suas projecções para o desempenho da economia em 2009, estimando que a quebra na produção de riqueza seja menos acentuada que nas anteriores projecções.

Também a Comissão Europeia (CE) reviu em alta as projecções para o crescimento da economia portuguesa. No Boletim de Outono, Bruxelas estimou que a economia portuguesa ia cair 2,9 por cento em 2009, uma significativa melhoria face aos 3,7 por cento previstos no Boletim de Verão da organização.

A previsão para 2010 aponta num ligeiro crescimento de 0,3 por cento.

São pequenos sinais que podem indiciar uma retoma económica em Portugal, mas não devem ser lidos para além disso mesmo: Sinais.

Como em qualquer parte do mundo, o sucesso de uma estratégia de combate à crise assenta numa palavra: confiança. Confiança do Governo nas medidas que incute na sociedade, confiança dos empresários para investirem em novas oportunidades e confiança das famílias para consumirem de forma consciente.

Aqui não cabe o negativismo que alguns partidos teimam em praticar, quase como se o mal de alguns lhes servisse de consolo.

Não! Um partido da oposição tem de merecer, também, a confiança pelas propostas que apresenta, pelas soluções que aponta, pela estratégia que defende.

É sintomático que, em quase um ano de liderança, não se conheça da estrutura dirigente regional do PSD um projecto para os Açores, qual o rumo que pretendem para as nossas ilhas e como querem lá chegar.

É sintomático que, em quase um ano de liderança, só agora anunciem que vão começar a definir o seu projecto para a nossa região.

Como sempre, entre o anúncio e a apresentação destas propostas, vai decorrer muito tempo. Pelo meio, vão ficar as habituais críticas ao Governo, as lamúrias isoladas e constantes e o desdenhar de tudo o que se faz.

Este é o PSD actual!

Fala mal dos transportes marítimos, mas nunca avança com uma solução alternativa.

Critica as medidas de combate à crise, desconfiando sempre da sua eficácia para as empresas e para a economia.

Prende-se em pormenores, mas é incapaz de admitir a valia de uma obra pública.

Repudia o trabalho na Educação e fecha os olhos à evolução do parque escolar e à estabilidade nas escolas.

Repudia a política de transportes aéreos, mas esquece-se que no seu tempo era muito mais caro sair dos Açores.

Não gosta da Lei de Finanças Regionais, talvez porque preferia estender a mão a Lisboa todos os anos.

Critica a gestão das finanças públicas, mas esconde a dívida pública que deixou em 1996.

Deita abaixo os hospitais EPE, esquecendo que aprovou esta legislação nesta casa.

Em suma, é um PSD azedo e amargurado consigo próprio, porque está refém da sua falta de renovação e de imaginação.

É um PSD em constante lista de espera. À espera de uma liderança, à espera que o poder lhe caia no colo, sem que mostre o mais pequeno esforço para merecer o estatuto e a responsabilidade de ser o maior partido da oposição.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Nesta reunião plenária materializamos a democracia representativa no seu sentido mais pleno, apresentando, discutindo e aprovando o Plano de Investimentos e o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

É neste exacto momento que todos nós, enquanto legisladores e representantes dos açorianos, definimos a afectação dos dinheiros públicos e respectiva distribuição ao nível sectorial.

Ao longo de três dias analisamos e discutimos estes documentos da autoria do Governo, da responsabilidade do Partido Socialista, a quem o povo, legítima e democraticamente, atribuiu a capacidade de gerir a sua afectação.

Aos deputados do PS cabe a responsabilidade de analisar e, sem prejuízo da autoria - nossa, do PS - não nos escusamos de, de forma responsável, introduzir os melhoramentos que consideramos mais pertinentes, sem cair na tentação, irresponsável, de tudo inflacionarmos, o que significaria o aumento da despesa e do défice da Região.

Tal facto não diminui a responsabilidade da oposição, devendo aqui realçar a atitude construtiva de alguns partidos que souberam entender a oportunidade para, sem prejuízo das diferenças que nos separam, oferecerem os seus contributos para o aperfeiçoamento destes documentos. Sendo certo que tal comportamento só se concretiza graças à abertura neste sentido manifestada pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista.

Fica, assim, claro que, ao contrário da arrogância que alguns demonstram, a atitude do Governo e do PS é de humildade política. O que nos move é o interesse dos Açores e dos Açorianos.

Arrogante é a postura de alguma oposição, liderada pelo PSD, que teima em considerar-se dona de toda e única verdade, desdenhando sempre das iniciativas do Governo e duvidando das nossas prioridades.

É a política do “zoom”, ora ampliando, ora reduzindo, o investimento para números que quase mais ninguém vê.

Este plenário deixou reforçada a necessidade de separar o trigo do joio, quando se trata de olhar as propostas de alteração que nos são apresentadas pelos partidos da oposição.

As boas, como sempre, são aceites. Aquelas que pretendem apenas aumentar a despesa, se afastam do nosso rumo político e/ou são desajustadas face às exigências da actual conjuntura são, necessariamente, rejeitadas.

Mas, nesta matéria, não olhamos a partidos. Como é nosso timbre, apenas nos focamos nas propostas e nas boas soluções para os problemas dos açorianos.

Como sempre, o Grupo Parlamentar do PS partiu para este debate com uma atitude pró-activa, apresentando propostas para aperfeiçoar os documentos que estivemos aqui a debater.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou cinco propostas de alteração em áreas fundamentais para a economia e para os açorianos, como o regime de compensação ao escoamento dos produtos da pesca das ilhas de menor dimensão, o desenvolvimento do turismo, medidas de apoio à família, apoio ao arrendamento a famílias carenciadas e jovens e recuperação do parque habitacional.

São medidas com implicações directas na vida das pessoas e do desenvolvimento da actividade económica de várias ilhas. Esta é a nossa obrigação. Mais uma vez, cumprimos!

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente do Governo,
Senhoras e Senhores Deputadas,
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

No final deste debate, a conclusão é evidente.

O PS não se verga! Não baixa os braços às adversidades. Os desafios que se colocam a cada dia que passa dão-nos Energia, Confiança e Ambição.

A cada nova dificuldade, a cada problema, o Partido Socialista e o Governo liderado por Carlos César respondem com soluções, procurando novas oportunidades para os Açores.

Os momentos mais difíceis fortalecem as relações e acentuam as cumplicidades.

Esta é a relação de afinidade que o Partido Socialista tem com os açorianos, porque sabem que não nos vergamos. A bem dos Açores!

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Novembro de 2009

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS,

Hélder Marques da Silva.